



Dimensión pública y  
proyecto de arquitectura

**Mauricio José Laguardia Campomori**  
[mcampomori@gmail.com](mailto:mcampomori@gmail.com)

---

Departamento de Projetos – PRJ. Escola de  
Arquitetura da UFMG – Universidade Federal  
de Minas Gerais  
Rua Paraíba 697, Savassi – Belo Horizonte,  
MG – Brasil – CEP: 30130-141  
<http://www.arq.ufmg.br> / Tel.:  
+55(31)98335.6688

# Sobre a necessidade de ensinar projeto de arquitetura, em uma época marcada pela lógica privatista do capital financeiro e pelo individualismo

## Introdução

Na primeira parte deste trabalho tentaremos caracterizar nosso período histórico, marcado pela dominação das lógicas privatistas guiadas pelos interesses do capital financeiro. Se, por um lado, existe um enorme potencial de democratização da vida, da sociedade e da política, representado pela crescente oferta de acesso às informações, permitido pela expansão da rede mundial de computadores (www / internet), por outro lado existe, também, uma evidente tendência de concentração de renda e de riquezas em uma pequena parcela da população mundial, e esse fenômeno tem se acentuado e seus impactos tem aumentado brutalmente em anos recentes. Uma outra constatação importante, que tentaremos demonstrar, é que o novo modelo das relações de trabalho e poder provoca a exclusão de enormes contingentes populacionais dos processos decisórios sobre a economia e sobre a sociedade.

Frente a essas constatações, o ponto central de nosso trabalho é a ideia de que a arquitetura e o urbanismo não estão à margem dessas transformações e continuam, hoje, posicionados no foco de um debate que questiona suas relações de subordinação ao poder econômico, seja pela necessidade de financiamento da sua materialização, seja pela reprodução das práticas econômicas e comerciais estabelecidas, tanto nos canteiros de obras quanto em suas relações com o mercado que a consome como produto.

Nesse contexto, decididos a recusar as clivagens simplistas e maniqueístas oferecidas por alguns, tentaremos demonstrar e concluir que hoje, na academia, é necessário reposicionar o ensino do projeto no nível do debate sócio-político-econômico, a partir da percepção de que o projeto é uma das ferramentas mais eficazes para travar os embates políticos, éticos, estéticos e ideológicos, cada vez mais

## Palabras clave

ENSINO DE PROJETO, ENSINO DE ARQUITETURA, INTERDISCIPLINARIDADE, ARQUITETURA E TRABALHO

necessários para a construção de uma sociedade mais capaz de promover a emancipação humana.

### A realidade financeirizada

Se tentarmos encontrar uma definição capaz de caracterizar o tempo em que vivemos, a partir de um viés socioeconômico, talvez possamos dizer que nos encontramos em um período histórico não apenas guiado, mas francamente dominado por lógicas privatistas, predominantemente alinhadas com os interesses do capital financeiro. Para que essa afirmação não se coloque como uma interpretação arbitrária de nossa parte, vamos tentar desenvolver um breve exercício retrospectivo, dentro do qual tentaremos remontar, simplificada-mente, os percursos que nos trouxeram ao ponto onde hoje nos encontramos.

Em quase toda a América Latina, mas especialmente no Brasil, a forte crise econômica dos anos 1980, também conhecida como crise da dívida, ocorre como consequência da conjugação de uma série de fatores, não apenas econômicos, mas também sociais e políticos. Dentre eles cabe destacar a crise capitalista que se anunciava, por exemplo, no início dos anos 1970, no colapso do sistema de Bretton Woods e o abandono do padrão ouro-dólar

e nas duas crises do petróleo, que precipitaram o declínio de vários dos projetos nacional-desenvolvimentistas dos governos autoritários, então dominantes na região. Essas transformações operam em um momento que marca o começo da transição do padrão tradicional de produção e acumulação taylorista ou fordista para o surgimento de uma economia flexível em escala internacional.

A crise da dívida dos anos 1980 não apenas levou os estados ao esgotamento financeiro como também reduziu drasticamente suas capacidades de planejamento. Em países como o Brasil, fortemente dependentes dos investimentos públicos e estatais para a manutenção da atividade econômica e do emprego, a repercussão da crise condiciona e determina em muito o quadro de estagnação econômica que atingiu toda a região. Os impactos sobre a economia e sobre o atendimento social foram tão expressivos e duradouros que as décadas de 1980 e 1990 passaram a ser chamadas por muitos como as “décadas perdidas”.

No panorama internacional, onde sempre atuaram os grandes “players” econômicos, a fase de estagnação e de baixa lucratividade, iniciada ainda em meados dos anos 1970, o colapso do sistema de Bretton Woods que, entre outras coisas, viabilizou a estruturação de um padrão de riqueza submetido

ao plano financeiro, ao invés do anterior baseado e lastreado em produção e emprego, vai sugerir e propiciar modificações na direção dos investimentos, que passam progressivamente da esfera produtiva para a esfera financeira. Consolidam-se, daí em diante, as possibilidades de desenvolvimento de um contexto no qual os grandes bancos passam a assumir maior poder de decisão no sistema econômico mundial, ocupando um lugar de protagonismo que antes era privativo dos atores do setor produtivo. O próximo passo, quase que natural dentro desse contexto, é o desenvolvimento das práticas de valorização do capital fictício. Em outras palavras, a especulação passa a ser acatada como contrapartida à queda da rentabilidade do capital na esfera produtiva. Assim, frente a qualquer diminuição da perspectiva de lucros no setor produtivo, os grandes capitalistas se dirigem para os investimentos financeiros especulativos.

Se, classicamente, considerava-se a existência preferencialmente equilibrada de três fatores de produção e, portanto, de geração de renda e riqueza, que eram a terra, o trabalho e o capital, nesse processo de migração de recursos do setor produtivo para o setor financeiro, o capital passa a se destacar dos outros dois, marcando um novo momento onde a assimetria das importâncias é evidente. Nesse contexto, as grandes empresas

priorizam a movimentação de grandes empréstimos a fim de obterem lucros especulativos de curto prazo em detrimento de investimentos produtivos e os bancos assumem papel central no capitalismo moderno, como operadores do sistema de créditos, em outras palavras, de dinheiro futuro ou capital fictício.

Uma das consequências imediatas e diretas da mundialização do capital, que se processa sob a égide dessa nova modalidade de capitalismo, que talvez possamos chamar de capitalismo financeiro, e que exerce um poder global sem precedentes, é o desemprego estrutural, que ocorre em função de uma soma de fatores, onde certamente se destacam a redução nos investimentos produtivos (as empresas simplesmente preferem aplicar recursos nos mercados financeiros em vez de investir em produção) e os avanços no campo da informatização e robótica, que provocam a redução ou mesmo a total supressão da mão de obra tradicional.

Uma segunda consequência que pode ser percebida é que as forças econômicas dominantes patrocinam o surgimento de uma nova tendência de concepção e aplicação do direito internacional, que surge para atuar necessariamente a serviço do capital. Este novo conceito tem por tarefa a defesa das grandes corporações, garantindo-

-lhes o máximo de proteção – e de direitos – em detrimento de direitos nacionais convencionais, como as leis que buscam garantir proteção aos consumidores. Basta ver como os tratados internacionais de comércio tem ganhado, a cada dia que passa, valor crescente e preponderante sobre determinações nacionais. Não há mais a preocupação de se defender os países, uma vez que o capital é inter ou transnacional.

Podemos ver, também, que ocorre um fenômeno que sugere a redução das barreiras espaciais, possivelmente em consequência da evolução, da aceleração e da facilitação do acesso à técnica e à informação. Explorar o espaço em suas múltiplas diferenciações, seja em termos de disponibilidade de materiais, de infraestrutura, de oferta e controle do trabalho, ou mesmo de condições de acumulação mais flexíveis passa a ser cada vez mais possível. Da mesma forma, as diferenciações de condições conhecimento, a receptividade, a técnica, a ciência, os modos de acumulação das elites de cada local, as redes de influência e de poder também são elementos que afetam a valorização do espaço. CASTELLS (1999) chama a nossa atenção para o fato de que a produção muda de lugar ou de região e que quanto menores fossem as barreiras espaciais, mais as variações do lugar se tornariam atrativas ao capital.

## Desigualdade e individualização

Uma outra questão diz respeito à extrema desigualdade entre as pessoas pertencentes às classes mais altas e aquelas outras pertencentes às classes mais baixas no Brasil. Em outras palavras, estamos falando de concentração de renda e de concentração de riqueza como indicadores de desigualdade. Um bom indicador do extremo que caracteriza a situação brasileira é dado pelo texto de Piketty (2014), analisando a concentração de renda na Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos 1970:

“ Concretamente o décimo superior da hierarquia das rendas detinha em torno de 25% da renda nacional nas sociedades escandinavas mais igualitárias dos anos 1970-1980 (os níveis da França e da Alemanha na época alcançavam cerca de 30% sendo hoje mais próximos de 35%). E essa parcela pode subir até 50% da renda Nacional nos países mais desiguais (com 20% para o centésimo superior) como o Antigo Regime e a Belle Époque na França ou os Estados Unidos dos anos 2010. ”

De acordo com dados do IBGE, em 2017, uma minoria mais rica formada por 10% dos brasileiros detinha 43,3% da renda total do país. Na outra ponta, os 10% mais pobres detinham apenas 0,7% da renda total. Como podemos ver, esse quadro se aproxima muito do que Piketty considera típico das socieda-

des mais desiguais. No outro lado dessa realidade o triste fato de que não se concebe tamanha desigualdade ou tão intensa concentração em um contexto onde a noção de solidariedade tenha algum valor. Ao contrário, ainda que possa ser explicado por teorias sociais e econômicas as mais variadas, o que transparece num modelo de concentração como esse é o impressionante incentivo ao conceito da competição e do individualismo. Não se trata, obviamente, de um contexto e de uma sociedade que cultivem e promovam valores socialistas.

Por fim, uma menção ao novo modelo das relações de trabalho e poder que provoca a exclusão de enormes contingentes populacionais dos processos decisórios sobre a economia e sobre a sociedade. Esse novo modelo está em gestação há muitos anos e vem sendo desenvolvido de forma coordenada e deliberada, dentro do que se pode chamar a nova economia global. Como descrição e exemplificação desse modelo, podemos citar o trabalho do economista norte-americano Robert Reich (1993), Secretário do Trabalho no governo Bill Clinton e que divide os trabalhadores e os empregos americanos em três grandes categorias para avaliar sua contribuição para a nova economia global. São serviços por ele chamados de “simbólico-analíticos”, serviços de “produção de rotina” e serviços “presenciais”. A primeira delas é realizada pelo que

Reich chama de “analistas simbólicos” engenheiros, advogados, cientistas, professores, executivos, jornalistas, consultores e outros “profissionais da mente” que se dedicam ao processamento de informações e símbolos para ganhar a vida. Esses indivíduos, que compõem cerca de vinte por cento da força de trabalho, ocupam uma posição privilegiada na medida em que podem vender seus serviços na economia global. Eles são bem educados e segundo Reich ocuparão uma posição ainda mais vantajosa na sociedade no futuro. Os trabalhadores de produção de rotina e os trabalhadores em serviço terão pior desempenho na nova economia, de acordo com Reich. Os trabalhadores de produção de rotina incluem aqueles que executam tarefas repetitivas – trabalhadores da linha de montagem, processadores de dados, encarregados e supervisores. Exemplos de trabalhadores de serviço em particular são garçonetes, zeladores, atendentes de hospital e trabalhadores de cuidados infantis. Essas duas categorias de trabalhadores não competem na força de trabalho global e estarão em considerável desvantagem econômica.

#### A arquitetura e seus embates na contemporaneidade

Parece pertinente e necessário fazer uma pausa para alinhar todo esse conjunto de considera-

ções anteriormente feitas com os propósitos de nosso trabalho, já que, afinal, este não é e nem pretende ser um trabalho de economia ou de história econômica. Vale lembrar que buscamos a caracterização do momento sócio-político-econômico em que vivemos, apenas no sentido de nos dar instrumentos para enfrentar o desafio de compreender e afirmar o projeto de arquitetura em sua articulação com uma dimensão pública.

Pois bem.

Ao propor essa caracterização da realidade atual, estamos, em verdade, tentando construir um panorama que tenha a capacidade de revelar que o momento atual se caracteriza simultaneamente, pelo esmagamento da noção de público, de interesse público, de ética pública e pela cada vez maior prevalência da ideia de individualidades. Da atual conformação das dinâmicas econômicas, fortemente baseadas na ideia de financeirização até a caracterização das forças de trabalho e produção como conjunto anônimo de prestadores individuais de serviços, quando muito organizados em categorias delimitadas por sua inserção econômica no mundo e por sua capacidade de intervir e modificar a realidade, o que vemos é que todas as noções de público são progressivamente diminuídas no jogo dos con-

ceitos significativos para se operar no mundo. O enfraquecimento do conceito de público chega ao auge no momento em que a ideologia e a teoria sócio-político-econômica neoliberal advoga que o estado (talvez o mais significativo representante da ideia de público desde o advento da modernidade) passa a ser considerado como um entrave para a economia, por sua suposta ineficiência crônica. Substitui-se, nesse contexto a ideia de estado que protege o indivíduo por aquela outra de estado que impede a eficiência econômica do modelo. Nesse modelo o indivíduo será recompensado não mais pela antiga mão protetora do estado, mas direta e proporcionalmente a seus méritos. Méritos que são sempre individuais, diga-se de passagem. Mas e a desigualdade? Como medir os méritos de indivíduos naturalmente desiguais? Mais que isso, de indivíduos que partem para a competição de posições muito desiguais?

O leitor pode estar se perguntando: onde está a arquitetura nesse conjunto de questões?

Como nos lembra Sergio Ferro (2006), citando Paul Singer,

“ No interior do regime capitalista em que vivemos, a casa, a habitação, é uma mercadoria como não importa qual outra, que

é produzida tendo por objetivo a finalidade geral da produção capitalista, isto é, o lucro<sup>1</sup>.”

A arquitetura e o urbanismo não estão à margem de nenhuma dessas situações e transformações descritas ou citadas até aqui. Continua, hoje, posicionada no foco de um debate que questiona suas relações de subordinação ao poder econômico, seja pela necessidade de financiamento da sua materialização, seja pela reprodução das práticas econômicas e comerciais estabelecidas, tanto nos canteiros de obras, quanto em suas relações com o mercado que a consome como produto.

Mais que isso. Hoje, a formação do arquiteto e do urbanista é uma das poucas que ainda preserva a ideia de um profissional capaz de transitar entre diferentes áreas do conhecimento desde sua formação inicial. Nesse sentido, desde os conhecimentos mais técnicos das ciências naturais ou das tecnologias são ministrados ao futuro arquiteto conjuntamente com aqueles outros de humanidades e artes. Assim, formamos ainda, um não-especialista, talvez um dos últimos não-especialistas no conjunto das profissões contemporâneas. Essa opção, naturalmente, tem um alto preço: o arquiteto hoje é também um profissional identificado

com a ideia de inespecificidade ou muitas vezes, da subjetividade. Fosse um artista apenas, a ideia de subjetividade seria um problema menor, ou nem seria problema. Sendo um profissional encarregado de administrar, também, conhecimentos científicos e tecnologias, o convívio com a ideia de subjetividade pode gerar incompreensões ou mesmo conflitos. Mas antes disso, o arquiteto, principalmente o arquiteto projetista de edificações tem que se defrontar com a discussão sobre a importância de sua atuação dentro daquele mundo que caracterizamos há pouco como dominado pelo financeirização do capitalismo e pelo individualismo. É exatamente nesse momento que surgem as questões-chave deste trabalho.

- Deveria o arquiteto se refugiar numa postura de esteta, artista ou virtuose do estilo, como que recusando o embate inútil com a realidade prática e objetiva de um mundo por demais instrumentalizado pelas leis do mercado, do consumo e do capital?
- Deveria o arquiteto compreender a impossibilidade de transformar a realidade prática e objetiva de um mundo necessariamente regulado e dominado pelo empreendimento lucrativo e, nesse processo de compreensão, se aliar a esse universo, para que se garanta a viabilidade de sua atuação como profissional no mercado?

<sup>1</sup> Ferro (2006), p. 105

- Deveria o arquiteto empreender uma radical revisão de seu processo de atuação profissional, a partir da revisão de sua própria formação, priorizando a sua atuação como técnico numa cadeia de promoção da redução das desigualdades sociais, rejeitando o papel historicamente constituído de profissional a serviço das elites?
- Deveria o arquiteto priorizar a escala das intervenções coletivas e urbanas, únicas instâncias que guardam a possibilidade de atuar efetivamente com vistas à transformação da realidade?
- Deveria o arquiteto abandonar a ilusão de atuar em escalas monumentais e se dedicar, unicamente a atuar como transformador das realidades locais e imediatas em torno de pequenas comunidades organizadas?
- Deveria o arquiteto constituir uma postura absolutamente inovadora frente às realidades constituídas, que não é representada, nem mesmo parcialmente por nenhuma das alternativas anteriores?
- Deveria o arquiteto ser a mescla de duas ou mais dessas alternativas anteriores?

É claro que várias dessas possibilidades poderão parecer, para um ou outro leitor, como meros exercícios irônicos sobre a realidade. Para outros, podem ser apenas manifestações de parcialidade ou até mesmo de superficialidade no tratamento do

tema. Para outros, ainda, podem ser ideias com algum nível de viabilidade. Confesso que, para mim, nenhuma delas parece minimamente razoável. A meu ver, uma maneira de encarar de modo eficaz essa questão depende, inicialmente, de se recusar as clivagens simplistas e até mesmo maniqueístas oferecidas por alguns (assim como fizemos acima a título de ilustração) e tentar demonstrar que nenhuma posição deliberadamente parcial ou redutora pode sequer tocar a complexidade do quadro que hoje enfrentamos.

Minha primeira questão verdadeira diz respeito ao fato de que nas Escolas e Faculdades de arquitetura ainda se desenvolve o embate entre visões parciais do que seja o arquiteto. De fato, como já nos foi demonstrado por inúmeros estudiosos da área de educação, no momento em que debatemos qual será o currículo adotado em uma escola, estamos, também, medindo forças entre os grupos que possuem visões divergentes e tentando decidir, por um meio que parece ter fundamento científico e, portanto, acadêmico, quem realmente tem mais poder dentro daquele grupamento de pessoas encarregadas de decidir. Em outras palavras, estamos tentando verificar quem vai vencer a batalha para definir qual visão de mundo, qual seleção feita dentro da cultura será transmitida para a posteridade.

Como já afirmamos em outras oportunidades, fossem os problemas da realidade bem formados e definidos, bastaria uma decisão técnica baseada no conhecimento científico e reproduzível. O que se vê, entretanto, é que na maior parte das vezes os problemas práticos têm que ser construídos a partir dos elementos e materiais de situações complexas. Daí é fácil perceber que o problema da definição de problemas também não é bem definido e nem pode, na maioria das vezes, ser enfrentado pelo método puramente científico. O profissional encarregado de resolver um problema tem, antes, que montá-lo, ordená-lo através de procedimentos de seleção e organização, em busca de uma coerência que possa oferecer uma perspectiva de direcionamento da ação a ser tomada. Como observou Goodman (1978), a definição de problemas acaba por ser um tipo de processo ontológico ou uma forma especial de comunicar uma visão de mundo.

### A arquitetura e o ensino de projeto como prática ética, estética, política e ideológica

Nesse sentido, me parece absolutamente claro que não estamos tratando aqui de uma questão relativa a qual currículo praticar nas escolas de arquitetura e urbanismo. Nem mesmo de discutir ênfases ou modelos didáticos e pedagógicos. Nossa questão

diz respeito a como se pode combater a profunda desumanização do modelo econômico dominante no mundo contemporâneo e a intensa individualização não apenas permitida ou possibilitada por esse modelo, mas em verdade proposta e preconizada por ele.

Alguns poderão se perguntar se as escolas e faculdades de arquitetura tem algo a ver com essa questão, ou mesmo se não há outras escolas de formação profissional onde o trabalho sobre uma questão como essa teria mais chance de sucesso, ou pelo menos maior pertinência. Estou convencido que não. Não há lugar melhor para lutar contra a desumanização que qualquer escola, seja ela dedicada a que tema ou ciência for. Não há profissão mais comprometida com a luta contra as desigualdades que qualquer profissão exercida por um ser humano que acredite na solidariedade como valor universal. Não há ambiente mais propício para lutar contra o individualismo quase doentio de nossos tempos que qualquer lugar onde as pessoas se encontrem e possam experimentar a maravilha de conviver com outras pessoas. Do mesmo modo, estou convencido que o projeto pedagógico mais adequado para qualquer escola de arquitetura é aquele que rejeite veementemente todas as induções ao cerceamento de ideias, de possibilidades criativas. Assim

também, diria, sem medo de errar que a melhor didática é aquela que transmite aos alunos a ideia de que ali estão aprendendo algo maior que uma profissão ou um ofício. Que ali se está tratando de uma luta permanente contra todas as iniquidades e desigualdades.

A dimensão pública da arquitetura não reside, a meu ver, em nenhuma característica estilística de um projeto, se considerada isoladamente. Não será, também, encontrada em nenhum material ou tecnologia de construção, entendidos como fatos autônomos. Não se fará presente em programa de necessidades ou em qualquer estúpida imagem de representação. Não poderá ser vista em nenhum cálculo estrutural ou discurso de teoria ou história, se solitários e desconexos no mundo. Atenção, que não digo aqui que esses conhecimentos, habilidades, competências, técnicas ou elementos, todos eles essenciais à formação de qualquer arquiteto não precisam ser ensinados pelas escolas, ou que não devam ser cobrados nas avaliações. São todos essenciais. Devem ser ensinados. Os estudantes devem saber deles tanto quanto puderem. O que advogo, hoje, é que se enganam todos aqueles que defendem o curso x ou y, porque nele se ensina esta ou aquela matéria, ou por conta de algumas horas-aula a mais ou a menos.

Sou professor de projetos de arquitetura e acho que minha disciplina é fundamental. Assim como todas as demais. Talvez alguém possa imaginar que defendo um curso imenso, quase do tamanho do conhecimento, algo como o mapa do tamanho do mundo, ao modo do conto de Borges.<sup>2</sup> Não penso assim. Acho mesmo que os cursos de arquitetura e urbanismo são, hoje, demasiadamente extensos. Poderiam ser mais curtos. Mas entendo que todas as disciplinas são essenciais e fundamentais, pelo menos aos olhos do seu próprio professor. Assim, compreendo, também, que escolhas terão que ser feitas quando da montagem de um currículo. Seleções e cortes deverão ocorrer, assim como as disputas de poder, sobre as quais já falamos. Mas entendo, principalmente, que se nós, arquitetos, queremos mudar o mundo, como já quisemos em outros tempos, não será uma ou outra disciplina ou matéria, que fará, sozinha, toda a diferença. Essa diferença só pode se fazer sentir a partir da compreensão de que o ensino de arquitetura (e no meu caso específico, o ensino de projeto) tem que ser entendido como um todo, onde todos devem estar

<sup>2</sup> Jorge Luís Borges, no conto intitulado, “**Sobre o Rigor na Ciência**”, publicado em *História Universal da Infâmia*, fala de um império onde a arte da cartografia alcançou tal perfeição que o mapa de uma única província ocupava toda uma cidade, e o mapa do império, toda uma província. Com o tempo, esses mapas desmesurados não foram satisfatórios e os colégios de cartógrafos levantaram um mapa do império, que tinha o tamanho do império e coincidia pontualmente com ele.

comprometidos em fazer de sua própria sala de aula, bem como de sua própria prática profissional cotidiana uma ferramenta muito eficaz para travar os embates políticos, éticos, estéticos e ideológicos de nosso tempo, cada vez mais necessários para a construção de uma sociedade mais capaz de promover a emancipação humana.

### Referências bibliográficas

Castells, M. A (1999) *sociedade em rede* – A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra.

Ferro, S. (2006) *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo, Cosac Naify, 456p.

Goodman, N. (1978) *Ways of worldmaking*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, p.39

PIKETTY, T. (2014) *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, p.257

REICH, R. B. (1993) *The work of nations: preparing ourselves for 21<sup>st</sup> century capitalism*. London: Simon & Schuster, P.175